



# Anais da Assembléia

N.º 115

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

## 2. SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 106.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1984.

(SEGUNDA-FEIRA.)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Guibert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setoguette e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagem:

MENSAGEM 216/84

Curitiba, 18 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

a inclusa cópia autêntica dos Convênios de Cooperação Técnica e Financeira n.ºs 21/84 e 101/84, celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente, os Municípios de Assis Chateaubriand e Guaraniaçu, objetivando a adoção de ação conjunta, com vistas à execução de obras integrantes do PROJETO PRO-SAFRAS.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 217/84

Curitiba, 18 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SAREM - n.º 036/84, celebrado em 21 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios - SAREM, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com vistas a apoiar a execução de projetos no âmbito do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 218/84.

Curitiba, 24 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR,

através de um Crédito Adicional no valor de CR\$ 1.953.258.000, (hum bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), destinados a reforçar o orçamento da Entidade.

Os recursos para cobertura do presente Crédito são oriundos da própria Fundação, em conformidade com o § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Contando com a deferência desta Colenda Casa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 299/84

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional de CR\$ 1.953.258.000, (hum bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), ao orçamento atual da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná- FIDEPAR.

Art.2.º- Os recursos para cobertura do Crédito de que trata o artigo 1.º são provenientes da própria Fundação, com conformidade com o § 1.º, item II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.3.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 219/84. X

Curitiba, 24 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento, até o limite de CR\$ 26.000.000.000 (vinte e seis bilhões de cruzeiros).

O Crédito Adicional de que trata o citado anteprojeto de lei, tem por finalidade complementar recursos para execução do Programa de Ação Municipal - PRAM, tendo-se estimado um custo total de CR\$ 57.143.000.000, (cinquenta e sete bilhões, cento e quarenta e três milhões de cruzeiros), para este exercício, dos quais 35% a serem cobertos com recursos do Banco Mundial.

Certo de poder contar com a atenção desta Egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

298/84

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional até o limite de CR\$ 26.000.000.000 (vinte e seis bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Planejamento, destinados a atender o Programa de Ação Municipal- PRAM.

Art.2.º- Servirão para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, CR\$ 9.000.000.000 (nove bilhões de cruzeiros) do Tesouro Geral do Estado, oriundos em conformidade com o § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e CR\$ 17.000.000.000 (dezessete bilhões de cruzeiros) provenientes de operação de crédito realizado junto ao Banco Mundial, conforme Lei n. 7.534, de 25 de outubro de 1981.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 220/84 Prop. 214/84

Curitiba, 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 1.º Termo Aditivo datado de 18 de setembro de 1984, ao Convênio n. 61/GM/83, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com a interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul- SUDESUL e da Secretaria de Estado do Planejamento, visando a preparação do Subprojeto Aglomerado Urbano de Londrina/Maringá e do Projeto Especial de Cidades de Porte Médio.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado.  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 221/84. Prop. 215/84

Curitiba, 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 03 de outubro de 1984,

entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando o engajamento do Município signatário no Programa de Manejo Integrado dos Solos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 222/84.

Curitiba, 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 21 de setembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Município de Tupãssi, objetivando o engajamento do Município signatário no Programa de Manejo Integrado dos Solos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 223/84.

Curitiba, 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa obter autorização para a abertura de um Crédito Especial no valor de CR\$ 40.048.000 (quarenta milhões e quarenta e oito mil cruzeiros), destinados a atender despesas com material de consumo e outros serviços e encargos do Tribunal de Alçada, até o final do corrente exercício.

Os recursos necessários à abertura do presente Crédito, são provenientes de excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado, em conformidade com o disposto no § 1.º, item II, do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merece-

rá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 297/84

Art. 1.º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir um Crédito Especial no valor de CR\$ 40.048.000, (quarenta milhões e quarenta e oito mil cruzeiros) no vigente orçamento do Tribunal de Alçada, destinado a cobrir despesas com material de consumo e outros serviços e encargos.

Art. 2.º - Servirá como recurso para a cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior o estabelecido no § 1.º, item II, do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 224/84

Curitiba, 29 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, dispondo que o Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade de Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná, para permanecer na ativa.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 799/83, de 8 de agosto de 1983, diz, com o devido detalhamento, sobre a necessidade, oportunidade e elevado interesse público de que é revestida a medida legal ora submetida, a exame dessa Augusta Assembleia Legislativa.

Por outro lado, é oportuno esclarecer que o assunto, em face do que determina a Legislação Federal pertinente, foi submetido a exame da Inspeção Geral das Polícias Militares, Órgão do Estado-Maior do Exército, tendo merecido parecer favorável.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 300/84

Art. 1.º - O Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade do Oficial da

Polícia Militar do Estado do Paraná para permanecer na ativa, criando-lhe, ao mesmo tempo, condições para se justificar.

Parágrafo Único- O Conselho de Justificação pode, também, ser aplicado ao Oficial da Reserva Remunerada ou Reformado, presumivelmente incapaz de permanecer na situação de inatividade em que se encontra.

Art.2.º - É submetido a Conselho de Justificação, pedido ou "ex-offício", oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná:

I - acusado oficialmente ou por qualquer meio lícito de comunicação social de ter:

- a) procedido incorretamente no desempenho de cargo;
- b) tido conduta irregular; ou
- c) praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe;

II- considerado não habilitado para o acesso, em caráter provisório, no momento em que venha a ser objeto de apreciação para o ingresso em Quadro de Acesso.

III- afastado do cargo, na forma da legislação policial-militar, por se tornar incompatível com o mesmo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais-militares a eles inerentes, salvo se o afastamento é decorrência de fatos que motivem sua submissão a processo.

IV- condenado por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em tribunal civil ou militar, à pena restrita de liberdade individual até 2 (dois) anos, tão logo transite em julgado a sentença; ou

V- pertencente a partido político ou associação que exerçam atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, suspensos ou dissolvidos por força de disposição legal ou decisão judicial.

Parágrafo Único - É considerado, entre outros, para os efeitos desta Lei, pertencente a partido ou associação, a que se refere este artigo, o Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná que, ostensiva ou clandestinamente:

- a) estiver inscrito como seu membro;
- b) prestar serviços ou angariar valores em seu benefício;
- c) realizar propaganda de suas doutrinas; ou
- d) colaborar, por qualquer forma, mas sempre de modo inequívoco ou doloso, em suas atividades.

Art.3.º - O Oficial da ativa da Polícia Militar do Estado do Paraná, ao ser submetido a Conselho de Justificação, é afastado do exercício de suas funções:

I- automaticamente, nos casos dos itens IV e V do art.2.º; e

II- a critério do Comandante-Geral da Corporação, no caso do item I do Art.2.º.

Art.4.º - A nomeação do Conselho de Justificação é da competência do Comandante-Geral.

§ 1.º - A autoridade nomeante pode, com base nos antecedentes do Oficial a ser julgado e na natureza ou falta de consistência dos fatos argüidos, considerar, desde logo, improcedente a acusação e indeferir, em consequência, o pedido de nomeação do Conselho de Justificação.

§ 2.º - O indeferimento do pedido de nomeação do Conselho de justificação, devidamente fundamentado, assim como o seu deferimento, deve ser publicado em Boletim Reservado do Comando-Geral e transcrito nos assentamentos do Oficial, se este é da ativa.

Art.5.º - O Conselho de Justificação é composto de 3 (três) Oficiais da ativa, da Polícia Militar do Estado do Paraná e de posto superior ao do Justificante.

§ 1.º - O membro mais antigo do Conselho de Justificação, no mínimo um Oficial Superior da ativa, é o Presidente; o que lhe segue em antigüidade é o Interrogante e Relator, e o mais moderno, o Escrivão.

§ 2.º - Não podem fazer parte do Conselho de Justificação:

- a) o oficial que formulou a acusação;
- b) os oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil; e
- c) os Oficiais subalternos.

§ 3.º - Quando o Justificante é Oficial Superior do último posto, os membros do Conselho de Justificação serão nomeados dentre os oficiais daquele posto, da ativa ou na inatividade, mais antigos que o Justificante.

§ 4.º - Quando o Justificante é Oficial da Reserva Remunerada ou Reformado, um dos membros do Conselho de Justificação pode ser da Reserva Remunerada.

Art.6.º - O Conselho de Justificação funciona sempre com a totalidade de seus membros, em local onde a autoridade nomeante julgue melhor indicado para a apuração do fato.

Art.7.º - Reunido o Conselho de Justificação, convocado previamente por seu Presidente, em local, dia e hora designados com antecedência, presente o Justificante, o Presidente manda proceder à leitura e à autuação dos documentos que constituíram o ato de nomeação do Conselho; em seguida, ordena a qualificação e o interrogatório do Justificante, o que é reduzido a auto, assinado por todos os membros do Conselho e pelo Justificante, fazendo-se a juntada de todos os documentos por este oferecidos.

Parágrafo Único- Quando o Justificante é Oficial da Reserva Remunerada ou Reformado e não é localizado ou deixa de atender à intimação por escrito para comparecer perante o Conselho de Justificação:

a) a intimação é publicada em órgão de divulgação na área do domicílio do Justificante; e

b) o processo corre à revelia, se o Justificante não atender à publicação.

Art. 8.º - Aos membros do Conselho de Justificação é lícito reperguntar ao Justificante e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

Art. 9.º - Ao Justificante é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de 5 (cinco) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho de Justificação fornecer-lhe o libelo acusatório, onde se contenham com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados.

§ 1.º - O Justificante deve estar presente a todas as sessões do Conselho de Justificação, exceto à sessão secreta de deliberação do relatório.

§ 2.º - Em sua defesa, pode o Justificante requerer a produção, perante o Conselho de Justificação, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar.

§ 3.º - As provas a serem realizadas mediante Carta Precatória são efetuadas por intermédio da autoridade policial-militar ou, na falta desta, da autoridade judiciária local.

Art. 10 - O Conselho de Justificação pode inquirir o acusador ou receber, por escrito seus esclarecimentos, ouvindo, posteriormente, a respeito, o justificante.

Art. 11 - O Conselho de Justificação dispõe de um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa do relatório.

Parágrafo Único - À autoridade nomeante, por motivos excepcionais, pode prorrogar até 20 (vinte) dias o prazo de conclusão dos trabalhos.

Art. 12 - Realizadas todas as diligências, o Conselho de Justificação passa a deliberar, em sessão secreta, sobre o relatório a ser redigido.

§ 1.º - O relatório, elaborado pelo Escrivão e assinado por todos os membros do Conselho de Justificação, deve julgar se o Justificante:

a) é, ou não, culpado da acusação que lhe foi feita; ou

b) no caso do item II do art. 2.º, desta Lei, está, ou não, sem habilitação para o acesso, em caráter definitivo; ou

c) no caso do item IV do art. 2.º, des-

ta Lei, levados em consideração os preceitos de aplicação de pena prevista no Código Penal Militar, está ou não, incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 2.º - A deliberação do Conselho de Justificação é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 3.º - Quando houver voto vencido, é facultada sua justificação por escrito.

§ 4.º - Elaborado o relatório, com um termo de encerramento, o Conselho de Justificação remete o processo a autoridade nomeante.

Art. 13- Recebidos os autos do processo do Conselho de Justificação, a autoridade nomeante, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, aceitando ou não seu julgamento e, neste último caso, justificando os motivos de seu despacho, determina:

I - o arquivamento do processo, se considera procedente a justificação;

II- a aplicação de pena disciplinar, se considera transgressão disciplinar a razão pela qual o Oficial foi julgado culpado;

III- na forma da legislação policial-militar, a adoção das providências necessárias à transferência para a Reserva Remunerada, se o Oficial foi considerado não habilitado para o acesso em caráter definitivo;

IV- a remessa do processo ao auditor competente, se considera crime ou contravenção a razão pela qual o Oficial foi considerado culpado;

V- a remessa do processo ao tribunal a que competir a 2.ª instância:

a) se a razão pela qual o oficial foi julgado culpado está prevista nos itens I, III e V do art. 2.º; ou

b) se, pelo crime cometido, previsto no item IV do art. 2.º Oficial foi julgado incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade.

Parágrafo Único - O despacho que julgou procedente a justificação deve ser publicado oficialmente e transcrito nos assentamentos do Oficial, se este é da ativa.

Art. 14 - É da competência do Tribunal a que competir a 2.ª instância da Justiça Militar Estadual, julgar em instância única, os processos oriundos de Conselhos de Justificação, a ele remetidos pela autoridade nomeante.

Art. 15 - No Tribunal a que competir a 2.ª instância da Justiça Militar Estadual, distribuído o processo, é o mesmo relatado por um dos seus membros que, antes, deve abrir prazo de 5 (cinco) dias para a defesa se manifestar por escrito sobre a decisão do Conselho de Justificação.

Parágrafo Único - Concluída esta fase, é o processo submetido a julgamento.

Art. 16 - O Tribunal a que competir a 2.<sup>a</sup> instância da Justiça Militar Estadual, caso julgue provado que o Oficial é culpado do ato ou fato previsto nos itens I, III e V do art. 2.<sup>o</sup> - é incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade, deve, conforme o caso:

I - declará-lo indigno do oficialato ou com ele incompatível a perda de seu posto e patente; ou

II - determinar a sua reforma.

§ 1.<sup>o</sup> - A reforma do Oficial é efetuada no posto que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2.<sup>o</sup> - A reforma do Oficial ou sua demissão "ex-officio", conseqüente da perda do posto e patente, conforme o caso, é efetuada por ato do Governador do Estado, tão logo seja publicado o acórdão do tribunal a que competir a 2.<sup>a</sup> instância da Justiça Militar Estadual.

Art. 17 - Prescrevem em 6 (seis) anos, computados na data em que foram praticados, os casos previstos nesta Lei.

Parágrafo Único - Os casos também previstos no Código Penal Militar como crime, prescrevem nos prazos nele estabelecidos.

Art. 19 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 266/84, de sua autoria, declarando de Utilidade Pública, a "Associação de Colaboradores do Centro de Reabilitação Sydney Antonio", com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) ANIBAL KHURY.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, o adiamento por duas (2) sessões, da discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 254/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) ERONDY SILVÉRIO

NELSON VASCONCELLOS.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, nos termos do art. 20 da Constituição Estadual, a convocação do Excelentíssimo Senhor Euclides

Scalco, Digníssimo Secretário de Estado da Casa Civil, a fim de, perante ao Plenário desta Casa, esclarecer a respeito do texto do Projeto de Lei n.º 229/84 - Mensagem Governamental n.º 178/84 - que objetiva criar na governadoria do Poder Executivo os cargos isolados de provimento em Comissão que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoiamento: Luiz Alberto Oliveira.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja consignado um voto de congratulações ao Doutor OSWALDO FARIA DA COSTA, que dedicou mais de 40 anos de sua vida, prestados à medicina e em especial às crianças paranaenses, donde fez por merecer, placa em homenagem pelo pioneirismo na cirurgia pediátrica no Paraná.

Requer outrossim, que o inteiro teor deste seja cientificado ao mesmo à Rua Desembargador Motta, 1070 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de congratulação ao Senhor DEODATO SERAFIM BAIÃO, Administrador Distrital, pela passagem do 20.<sup>o</sup> aniversário do Distrito de Lerroville, Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) FIORI LUIZ.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Daniel Antonio Pelisson e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Ary Pelisson, pela passagem do 37.<sup>o</sup> aniversário de emancipação política do Município de IBIPORÁ.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) FIORI LUIZ.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos do dia, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Jazon Andrade Santana; ao Senhor Romildo Arali, Presidente da Comissão dos Festejos e ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, pela passagem do 37.º aniversário de emancipação política do município de Jaguapitã.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor João do Carmo Santiago, Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor Alécio Zamboni Netto, Presidente da Câmara Municipal pela passagem do cinquentenário do Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de Ubiratã pela passagem, no dia de ontem, do seu aniversário de emancipação política e administrativa, com consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Raimundo Soares Nascimento, Prefeito Municipal; ao Excelentíssimo Senhor José Vicente Pires, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Excelentíssimos Senhores Presidentes das Agremiações de partidos políticos existentes na cidade.

O desenvolvimento de Ubiratã sempre foi marcado pela grandiosa força de vontade de sua gente, que tem buscado na agricultura e na pecuária a sustentação de todo o seu processo desenvolvimentista, fazendo daquela cidade, um dos grandes destaques no âmbito de nossa economia estadual, especialmente no que diz respeito à região Centro-Oeste, onde está situada.

Criada em 1960, no dia 25 de julho conforme a Lei de n.º 4.245, Ubiratã tornou-se Município. Tendo a instalação do seu imóvel no ano seguinte, 1961, no dia 04 de novembro, data em que foi empossado o Senhor Alberoné Bittencourt, como primeiro Prefeito Municipal.

Com uma população total de pouco mais de 27 mil habitantes, Ubiratã, como desde

a sua existência tem na agricultura e na pecuária o seu instrumento de sustentação econômica, colocando-a como a terceira cidade em arrecadação de ICM da região de Campo Mourão (perdendo para esse Município e para o Município de Goioerê).

Desta forma, não poderia me congratular com Ubiratã, que através do seu laborioso povo, tem a cada momento da história do Paraná, dado demonstrações de que, com força de vontade, se é possível romper os obstáculos que porventura existam, e, conseqüentemente, concretizando os objetivos que serão almejados.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações a Campina da Lagoa, pela passagem, ocorrida no dia de ontem, do seu 23.º aniversário de emancipação político-administrativa, com consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Doutor Joaquim Antônio de Lima, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Rubens Barbosa e aos Excelentíssimos Senhores Presidentes de Agremiações Partidárias existentes na cidade.

Criada de acordo com a Lei n.º 4.245, no dia 25 de julho de 1960, e, efetivamente instalado no dia 4 de novembro do ano seguinte, Campina da Lagoa conquistava a condição de Município emancipado política e administrativamente, graças ao desenvolvimento desde então verificado. Naquela mesma oportunidade, quando da instalação oficial da Administração Municipal, através de nomeação, já tinha o seu primeiro Prefeito, Senhor João Fermianos.

Durante todo esse tempo, mais de duas décadas, o Município de Campina da Lagoa só apresentou um constante crescimento, tendo em vista a labuta de sua gente cuja força no trabalho permitiu a exploração dos imensos campos verdejantes, extraindo dos mesmos primeiramente a madeira, e posteriormente o cultivo de várias plantas bem como a formação de pastagens para a criação de animais de corte ou de leite.

Nos dias de hoje, Campina da Lagoa, segundo dados do Censo realizado em 1980, apresenta uma população total superior a 23 mil habitantes, sendo que 13 mil residem no perímetro urbano e o restante, 10, na zona rural. A sua sustentação sócio-econômica, como no início de sua fundação, são as atividades relacionadas à



agricultura e a pecuária, que tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento a nível paranaenses, notadamente naquela região Centro-Oeste; especialmente tais atividades são favorecidas pelo clima, que se apresenta todo ano, temperado.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984  
(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado a todos os Deputados Federais e Senadores, o seguinte telegrama: Na defesa da soberania nacional e das nações, na qualidade de vida do povo brasileiro, rogamos ao ilustre homem público, a não aprovação do projeto governamental sobre agrotóxicos.

Tal projeto inviabiliza as legislações estaduais sendo contra o Paraná e o Brasil.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984  
(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Secretaria de Estado dos Transportes proceda os estudos e agilize a pavimentação asfáltica da estrada denominada Noé Nunes de Medeiros, no trecho compreendido entre a comunidade São Vicente e a BR- 277, em São Miguel do Iguaçu, numa extensão de 3 (três) km.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984  
(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

A localidade de São Vicente, no Município de São Miguel do Iguaçu, está localizada a apenas 3 (três) quilômetros da Rodovia BR-277 e, ao mesmo tempo, enfrenta problemas como se fosse os de uma distância bem maior, isto porque o grau de desgaste do leito de sua estrada de acesso é bastante grande em função do intenso fluxo viário.

Por estar localizada numa posição estratégica que aglutina a movimentação do tráfego rural, aí embutido o escoamento das safras agrícolas que chegam a um milhão de sacas de grãos por ano, a localidade tem enfrentado sérios problemas de deslocamento, com repercussões no desenvolvimento econômico do município, na medida em que escoar a produção torna-se difícil.

Por outro lado, passa a ser melindrosa a situação da soja colhida na região e que depende dessa rota de saída, por tratar-se

de produto de qualificação e destinado à exportação, também considerando-se que a produção é antecipada à safra normal, fazendo com que destine a fazer o primeiro abastecimento do mercado consumidor, dependendo, para isso, da garantia do escoamento por estradas seguras, independentemente das intempéries.

Finalmente, justifica-se por si só, a construção asfáltica do aludido trecho, em razão dos benefícios advindos a uma comunidade em franco progresso, mercê de seu esforço na produção do setor primário, base de toda a nossa economia nacional e sustentáculo do desenvolvimento econômico do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que o mesmo determine aos órgãos competentes do Poder Executivo, a realização de estudos visando a criação de um órgão especial para atendimento das necessidades do litoral paranaense, nos moldes de uma coordenadoria para assuntos litorâneos.

Óbvio é, que não se pretende ferir a autoridade municipal, porém, não escapa da percepção de quem quer que vive os problemas do litoral do Paraná, que algo tem que ser feito no sentido de auxiliar os Prefeitos, principalmente, no que se refere a recursos financeiros e sobretudo no atendimento às necessidades comuns aos balneários que sofrem um grande crescimento populacional em épocas de temporada, crescimento este que não trás a contrapartida desejada da receita, porém que necessita e exige condições de vida razoável para o descanso e lazer.

A pequena participação no bolo do ICM, e na divisão do FPM, fazem que os municípios tenham que mendigar quase sempre, através de suas lideranças, recursos para suprir deficiências de caixa, que darão respaldo às despesas necessárias ao bom atendimento dos visitantes e moradores dos municípios.

A Coordenadoria, serviria, nos moldes da atual existente para atendimento dos municípios da região metropolitana, para captar recursos, redefinir atribuições, solucionar problemas comuns e o que é de suma importância, criar uma política definitiva para utilização do solo naqueles municípios.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984  
(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.



O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em ata dos trabalhos legislativos da sessão plenária de hoje de um voto de congratulação e regozijo, pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação política da progressista cidade de Jaguapitã, ocorrido no dia 03 de novembro do corrente, quando constou de suas festividades a inauguração do magnífico Ginásio de Esportes Municipal, cuja construção teve seu início na administração do Prefeito anterior Senhor Evaristo Ambrósio Gersoni e seu término, na administração do atual Prefeito, Senhor Jason Andrade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à população de Jaguapitã, através da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) FUAD NACLI.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 301/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "A Associação Nacional de Pacientes, Doadores e Transplantados Renais-DORETRANS"- Regional do Paraná, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1984

(a) FIORI LUIZ.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, está devidamente registrada no 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, na Comarca de Londrina, estando portanto, a referida entidade em condições de receber os benefícios da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria aqui enfocada.

Assim sendo, esperamos dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação do projeto de lei proposto.

O SR. PRESIDENTE ( **Trajano Bastos** ) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo inscritos para o Pequeno Expediente nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado. Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O pronunciamento do Líder da Oposição, reflete, em verdade, uma inconfessável distorção da realidade no que diz respeito aos cargos a serem criados na Governadoria.

Com efeito, ao dizer que se pretende instalar o empreguismo no Governo José Richa, desvirtua a sadia intenção de se elevar o baixo nível salarial existente na Governadoria, que atua como intransponível obstáculo à remuneração adequada.

É conquista de elementos de qualificação para o desempenho das funções inerentes à Governadoria dada a peculiaridade de atividades desenvolvidas no que tange ao assessoramento ao Senhor governador, bem como, a integração com as demais entidades governamentais.

O demonstrativo abaixo compara a situação atual com a proposta de criação dos cargos.

FAIXA SALARIAL	QUADRO CLT		CARGOS EM COMISSÃO	
	N.º Func.	%	N.º Carg.	%
Até 3 SM	90	55,9	95	44,0
3 a 6 SM	64	39,8	96	44,4
6 a 8 SM	7	4,3	25	11,6
TOTAL	161	100,0	216	100,00

O quadro acima demonstra claramente que apenas sete (7) funcionários situam-se na faixa de 6 a 8 salários mínimos, o que representa 4,3% do pessoal do quadro atual e que, dentro da filosofia de se elevar o nível técnico da Governadoria, pode-se observar que existe uma defasagem nesse corpo.

Desse modo, com a criação de 25 cargos na referida faixa salarial, estar-se-ia minimizando esta defasagem.

A nova proposta proporciona uma distribuição mais equitativa em relação à remuneração do quadro da Governadoria.

Os 216 novos cargos serão destinados a beneficiar os próprios funcionários CLT hoje contratados, visando a melhoria de seus salários, já que 90 (noventa) funcionários recebem até três salários mínimos, representando 55,9% sobre o total.

Vale destacar que o referido quadro é composto pela Casa Civil, Casa Militar e Gabinete do Vice-Governador. Também é

oportuno lembrar que, dos 96 cargos na faixa de 5 a 6 salários, 6 deles destinam-se à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social- SECS.

Além disso, dos 102 cargos hoje existentes, 16 (o que representa 15,7%) foram retirados do quadro da Governadoria e alocados na SECS.

Por outro aspecto, o quadro atual é aquele estabelecido por ocasião da Lei n.º 6636/74, tendo sofrido apenas alterações de simbologia e denominação.

Com isso, torna-se evidente que, em 10 anos é perfeitamente justificável a proposta de criação dos cargos em razão de que neste período o Governo do Paraná expandiu sua atuação em todos os níveis, incluindo consequentemente a Governadoria.

Em suma, a criação dos cargos é coerente com a legislação em vigor a estrutura de cargos existentes na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual.

Não existe concurso para cargo em comissão como explicita a lei. Esses cargos são preenchidos e o serão, não temos dúvida, por pessoas capacitadas para o exercício da função específica dentre as que possuam a confiabilidade da Governadoria.

Todavia, gostaríamos de ressaltar que os presentes cargos não serão alocados como o foram no passado recente, onde o próprio Deputado Aírton Cordeiro foi agraciado com um posto na COPEL sem concurso e ainda pior, sem a devida qualificação técnica para exercê-lo.

Resta a citação do adágio popular: "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come"

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do restante do seu horário.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Usará da palavra, por 10 minutos, o Senhor Deputado Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Por 10 minutos, no horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A imprensa, no final de semana, fica rica em notícias tristes ao Brasil. Porém, destaquei em especial uma nota reproduzida pelo "Jornal do Estado", que fala:

"A Federação das Indústrias de Defensivos Agrícolas da Alemanha Ocidental, advertiu o Governo brasileiro, através de Carta entregue ao Embaixador Jorge de Carvalho e Silva, em Bonn, que as Legislações

Estaduais sobre agrotóxicos, como a do Rio Grande do Sul e a do Paraná, podem ter consideráveis efeitos negativos, não somente para as relações econômicas entre os dois países, como também consequências indesejáveis para a exportação de produtos agrícolas do Brasil; para a comunidade econômica européia e República Federal Alemã".

Esse tipo de pressão exercida pelas multinacionais, sobre o Governo Federal, para derrubar as Leis Estaduais, vem desde 82; mas, segundo o engenheiro agrônomo gaúcho, Sebastião Pinheiro, o caso mais estranho ocorreu em meados de 84, ou quando da visita do ex-Secretário do Tesouro Americano, Jorge Schultz, ao Brasil.

Ele veio a pedido da Federação Alemã da Indústria Química, é uma guerra. E imagina que o Brasil deve mais de 100 bilhões de dólares; 75% do City Bank e se não pagar, 20% da economia americana, vai para o brejo. E ele aí ainda teve tempo de pressionar o Governo, para combater as leis estaduais - exclama Pinheiro.

Ainda sob o pretexto, esta Federação da Indústria de Defensivos Agrícolas, da Alemanha, além de se imiscuir nos assuntos da Pátria brasileira, além de ainda ameaçar, com a provável bancarrota da indústria farmacêutica, indústria esta que vive da doença, da miséria, da subnutrição dos povos mais pobres e mais subnutridos, e, por conseguinte, mais passíveis de obterem doenças, esta Federação, ameaçando o Governo brasileiro, fazer com que a lei dos agrotóxicos enviada ao Congresso Nacional para ser aprovada "a toque de caixa", é, acima de tudo, um atentado à soberania do povo brasileiro, mas é, também, a certeza inabalável e irrefutável de que eles não têm e não pretendem ter nenhum respeito com a qualidade de vida do povo brasileiro.

Como dizia outro dia, nós que somos os representantes deste povo, assassinado dia-a-dia pelos venenos contidos nos agrotóxicos e, através do uso indiscriminado desses produtos na agricultura brasileira, precisamos nos levantar para, despertando a Nação, solicitarmos a todos os Deputados Federais de todos os partidos políticos, e solicitarmos também a todos os Senadores de todos os partidos políticos, que não aprovem a Lei Federal, não aprovem porque esta Lei é um atentado à vida do povo brasileiro, e uma submissão aos interesses multinacionais que pretendem se impor, e impor em leis e normas ao povo brasileiro.

Se não nos dermos sequer esse mínimo de respeito, não teremos também a respeitabilidade das demais Nações.

O Brasil não pode e não deve aprovar uma legislação que é contra os interesses do povo. Por isso mesmo, solicito à Presi-

dência desta Casa e ao Plenário deste Parlamento, o envio de telegrama a todos os Deputados do Brasil, da área Federal e a todos os Senadores da República, solicitando a todos que, em defesa da soberania nacional e em defesa da qualidade de vida do povo brasileiro, que deixemos pelo menos este resto de prerrogativa que sofreu o Poder Legisferante do Brasil, pelo menos o Direito e o poder de legislar sobre a qualidade de vida do seu povo, não tirando dos estados, de nenhum Estado da Federação Brasileira, o direito de legislar sobre a qualidade de vida do seu próprio povo.

Em nome desta soberania e desta qualidade de vida, solicitamos e requeremos a esta Casa o envio de telegrama a estes Parlamentares, para que se posicionem a favor do Brasil ou a favor das multinacionais. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE ( **Trajano Bastos**). Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é destinado.

Falará o Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE ( **Trajano Bastos**)- Com a palavra, o Senhor Deputado Tadeu França, por 15 minutos.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós temos a satisfação de, na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, portanto, desta Casa, estar encaminhando requerimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a Sua Excelência Senhora Secretária da Educação Gilda Poli Rocha Loures, externando-lhes as conclusões desta Comissão, em reunião realizada recentemente, quando tivemos a satisfação de discutir juntamente com os membros do Conselho Estadual de Entorpecentes, representado pelo seu Presidente Olien Zétola, pelos Professores Marcelino Kotoski, professora Malba Santiago Ferreira, professor Danilo Sila, estando presente o representante da Secretaria de Estado da Educação, Doutor Henrique Schidlin, e tendo como convidado especial o padre José Carlos Brilha, do Centro de Recuperação de Toxicômanos, de Campinas; e de comum acordo com todos estes participantes das discussões, a Comissão de Educação deliberou encaminhar um expediente ao Chefe do Poder Executivo, no seguinte teor: Considerando-se que, a proliferação da toxicomania, nas escolas públicas do Estado do Paraná, a nível de 1.º e 2.º graus avaliando-se a elementar constatação transmitida pelo próprio Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, de que, na melhor das hipóteses, é de apenas 10% o índice de recuperação dos jovens dependentes de drogas, sendo que, fatalmen-

te, 90% deles, veem encontrando a morte pelos tóxicos.

Considerando-se ainda, o quase total desconhecimento do problema por parte das famílias do Paraná, de tal forma, que muitas mães paranaenses, inconscientemente, é que estão iniciando os próprios filhos na toxicomania, quando os automedicam em excesso, numa situação brasileira, em que o teor tóxico dos produtos farmacêuticos têm sido progressivamente acentuado.

Aliás, vale salientar que, enquanto na Europa inteira existem 28 laboratórios farmacêuticos, apenas no Brasil mais de 200 laboratórios, com uma fiscalização que deixa muito a desejar, vem proliferando cada vez mais, o tóxico no conteúdo dos medicamentos.

Considerando-se ainda, os próprios dados da UNESCO, segundo o qual, no Brasil, de cada três óbitos, dois estão sendo ocasionados pelo alcoolismo ou pela toxicomania.

Considerando-se, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que de cada 100 jovens doentes no Paraná, 82, são comprovadamente dependentes da droga, em função de problemas de medo, insegurança e carência afetiva, originários, na cada vez mais frágil estrutura familiar, é que a Comissão de Educação está propondo:

1. - a inclusão nos currículos de todas as escolas estaduais, a nível de 1.º e 2.º graus, na área de Saúde, conteúdos programáticos ligados à prevenção dos tóxicos;

2. - a obrigatoriedade da prática da Educação Física, que hoje se inicia apenas a partir da 5.ª série do 1.º grau, para as 4 séries anteriores, iniciando-se a criança na prática do esporte aos 7 anos, através das escolas públicas da rede estadual de ensino, nós estaremos concretizando a necessidade de se viabilizar o slogan de que "praticar esporte é prevenir o vício".

3. - Transformação das escolas públicas em Centros Comunitários, com reuniões ao menos bissemanais, integrando pais, estudantes e professores às escolas estaduais, desde que venham a ser interpretadas e vistas, como caixas de ressonância da vida de cada bairro do Paraná, com envolvimento das Associações de Pais e Mestres, e Associações de Moradores, desta forma a prevenção, ou a recuperação dos estudantes dependentes de drogas haverão de se efetivar de um modo tanto mais eficaz, à medida em que o encontro comunitário na escola, vai se afigurando como alternativa de apoio até mesmo para o vazio afetivo provocado pelo crescente processo de desintegração familiar. Além disso, a Comissão de Educação está propondo a Consignação Orçamentária de Recursos para que a atualmente tímida iniciativa estatal de-

nominada Pró-Vita, venha a ampliar-se a nível de Estado propondo-se, para tanto, a curto prazo, uma experiência de Prevenção e Recuperação de Viciados, a nível de Interior, a iniciar-se pelas cidades-polo de, Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Cascavel, onde o Pró-Vita precisa incorporar-se ao Projeto do Hospital-Dia, voltado especificamente para os dependentes de drogas, os doentes permaneceriam durante todo o dia, no contacto permanente com psicólogos e psiquiatras, retornando aos lares apenas no período noturno; essa experiência, uma vez regionalizada, seria, posteriormente, universalizada a nível de todo o Estado do Paraná.

Aprovada, ainda na última reunião da Comissão de Educação, a proposta de que a Comunicação Social do Governo faça desencadear ampla campanha publicitária de prevenção ao tóxico, incluindo a demonstração visual do quadro clínico provocado pela droga, no organismo humano. Acima de tudo, a toxicomania está tendo muito a ver com o problema do desconhecimento, da ingenuidade, que vem transformando nossas crianças, e adolescentes, em vítima fácil dos traficantes de drogas.

6.º item- A instituição de Comissão Especial, por parte da Secretaria de Estado da Educação, para a discussão da experiência de recuperação de viciados, como da própria prevenção da infância e adolescência, em Campinas, através da sistemática da laborterapia, da grupoterapia, dos núcleos de atendimento aos toxicômanos e alcoólatras, para operacionalizar, em todas as regiões do Estado, o objetivo fundamental caracterizado pela necessária marcha rumo à prevenção de nossa juventude.

Finalmente, o último item aprovado pela Comissão de Educação diz respeito a Ofício a ser encaminhado às Faculdades de Educação do Paraná, propondo-lhes a necessária preparação de Pessoal do Magistério, que possa a vir a ser apto a desenvolver, nas escolas, as atividades urgentes e prioritárias de prevenção à toxicomania.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando nós, na Comissão de Educação recebíamos, entre outras revelações, a constatação de que uma verdadeira máfia interessada cada vez mais no processo de alienação de nossa juventude, está, progressivamente, minando não apenas os setores que por ingenuidade capacitam-se como forte potencial à toxicomania, mas, o trabalho, que é realmente almejado de todas as formas, porque é bom que nós levemos a público, que, na América Latina, em 83 as superpotências do Ocidente que trabalham e estão interessadas em que a América Latina continue sendo aquela região do Universo, de veias abertas, para garantir, sempre, a

prosperidade do capitalismo internacional.

Só na América Latina, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nada menos do que 100 bilhões de dólares foram comercializados em termos de produtos tóxicos no ano de 1983. Quando nós deparamos com a realidade de que mais de 50% da nossa juventude universitária a nível de Paraná, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, está consignada como dependente da toxicomania ou do alcoolismo. Nós temos que dizer um basta à tentativa de se transformar cada vez mais o nosso potencial humano em vítima fácil com a alienação com a qual não podemos de forma alguma concordar.

É por esta razão, que embora não tenha sido veiculada pela imprensa, Campinas recentemente, ou em especial a sede da experiência de prevenção e recuperação de viciados da Fazenda do Senhor Jesus, foi nada menos do que bombardeada pelo desejo de mil quilos de cocaína, numa demonstração bem clara de que o que se pretende é de fato manter as amarras que nos atrelam à condição de subdesenvolvimento, a condição de incapacitação para resolver os nossos problemas, metas estas para as quais o comércio de drogas se presta, porque o jovem alienado é fatalmente um suporte fácil rumo à manipulação de seus destinos.

É por esta razão, e por entender que cabe ao Governo do Estado, através das metas propostas dar um passo adiante, avante, talvez um passo inédito em termos de Brasil para que a juventude do Paraná não venha a ser pisoteada, massacrada, relegada ou condenada a mercê da toxicomania, que nós entendemos que necessária se fazem as mudanças, por enquanto catalogada nesta que foi a última reunião da Comissão da Educação nesta Casa.

Além deste fator, por solicitação do próprio Conselho Estadual de Entorpecentes, estamos propondo ao Governo do Estado que o atual conselho, subordinado como é, à Secretaria de Estado da Justiça, venha a ser transferida em termos de subordinação, venha a ser integrado como um departamento da Secretaria de Estado da Educação, porque mais do que nunca está comprovado que o problema da toxicomania não é questão de polícia, não é questão de punição, não é questão de repressão, é antes, e acima de tudo, uma questão de educação. E o sucesso destas medidas nós temos a plena convicção de que haverá de depender fundamentalmente da participação, do engajamento e da adoção direta das diretrizes da própria Secretaria de Estado da Educação do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Termina-

da a Hora do Expediente, passamos à

# ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 214/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria das Finanças, doar a entidades assistenciais, os bens apreendidos pela fiscalização da Coordenação da Receita do Estado e não reclamados por seus legítimos proprietários, após a expiração do prazo legal, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão o Projeto e a Emenda. Em votação a Emenda Substitutiva. **Aprovada.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 254/84, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova Redação ao Artigo 25, da Lei n.º 7.811, de 29.12.83, conforme especifica. (Taxas de Serviços do Detran). SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (ANEXO PROJETO DE LEI N.º 173/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Erondy Silvério e Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o adiamento por duas (2) sessões, da discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 254/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n.º 254/84, por duas (2) sessões.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 268/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 208/84), que altera o vigente orçamento da Superintendência de Controle da Erosão no Paraná- SUCEPAR, no valor de CR\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), cujo Crédito Especial tem por objetivo atender despesas com o Controle da Erosão no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 144/84, (Mensagem n.º 149/84- ex-Pro-

posição n.º 152/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Revigoração e Re-Ratificação de 14.11.83, do Convênio n.º 24/83, celebrado em 14 de março do corrente, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SUCAM, com interveniência da SUDESUL, objetivando continuação do Projeto de Erradicação e Vigilância Anti Aedes Aegypti no Município que especifica. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 145/84, (Mensagem n.º 156/84 - ex-Proposição n.º 158/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura em 14.05.84, com os Municípios de Porto Amazonas, Santa Izabel do Oeste, em 23.05.84, com o Município de Quitandinha, com objetivos que especifica. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 146/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 145/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 10.05.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR, e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética". **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 147/84, (Mensagem n.º 157/84 - ex-Proposição n.º 162/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 10.º termo Aditivo de 24.04.84, ao Convênio celebrado em 07.10.76, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços de informação sobre o Mercado Agrícola. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 148/84, (Mensagem n.º 158/84 - ex-Proposição n.º 163/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo de 24.04.84, ao Convênio celebrado em 18.12.80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços de informação sobre o Mercado Agrícola. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 149/84, (Mensagem n.º 159/84, ex-Proposição n.º 164/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 2.º Termo Aditivo de 11.06.84, ao Convênio celebrado em 16.02.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando realização de provas laboratoriais para diagnósticos das doenças dos animais. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 150/84, (Mensagem n. 154/84, ex-Proposição n. 160/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e Municípios adiante mencionados, objetivando auxiliar financeiramente os aludidos Municípios na execução de obras públicas. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 151/84, (Mensagem n. 133/84 - ex-Proposição n. 124/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 152/84, (Mensagem n. 137/84 - ex-Proposição n. 142/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio, celebrado em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guaíra, com intervenção da SUDESUL, objetivando implantação de um pronto-socorro, devidamente equipado, na sede do referido Município. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 153/84, (Mensagem n. 143/84 - ex-Proposição n. 148/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios, celebrados em 27.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA". **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 175/84, (ex-Proposição n. 157/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade, da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, que aprova nos Termos do Art.5.º, da Lei n. 7.772, de 13.12.83, as contas das Fundações, Em-

presas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, conforme especifica, oriundas de orçamento próprio, para o exercício de 1984. **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Devo anunciar a esta Casa, que a Bancada do PDS vota favoravelmente a esta matéria em terceira discussão, mas se reservará a oportunidade de fazer uma análise, uma apreciação mais aprofundada a respeito dos orçamentos das Fundações, Empresas Mistas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, alertando a esta Casa e especialmente os eminentes Deputados governistas, de que o Governo do Estado se recusou a mandar a esta Assembléia Legislativa, nos termos da Lei aprovada, o orçamento da COPEL, BADEP e outros Órgãos que gerem a maior parte dos recursos financeiros do Estado do Paraná.

Por esta razão, a Bancada do PDS fará uma apreciação a respeito do assunto, em ocasião oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa registra o posicionamento de Vossa Excelência.

**Está aprovado o Projeto de Resolução n. 175/84.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 235/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 191/84), que objetiva dar nova redação ao art.179, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, (Estatuto da Polícia Civil do Paraná), com vistas a estabelecer normas para revisão de proventos de inatividade de servidores policiais civis, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 224/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 177/84), que objetiva alterar o Anexo I - Resumo dos Quadros de Oficiais, previsto no art.2.º, da Lei n. 7.074, de 21.11.78, com modificações já introduzidas pelas Leis n. 7.638, de 10.09.82 e 7.815, de 29.12.83, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 227/84, de autoria do Deputado BASILIO ZANUSSO, que denomina "ESCOLA PROFESSORES TEREZINHA GRESZUK LUPPI", a Unidade Escolar construída no Jardim Santa Lúcia, 2.ª Parte, no Município de Paçandu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publica-**



do no D.A. n.º 86, de 12.09.84).

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 249/84, de autoria do Deputado BASILIO ZANUSSI, que denomina "RODOVIA JÚLIO ZACHARIAS", a Rodovia PR 555, que interliga a BR-376 a PR-559, passando pelas sedes dos Distritos de Barão de Lucena e Nova Bilac, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 93, de 25.09.84).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, de um voto de congratulação pela passagem do 37.º aniversário de emancipação política do Município de Jaguapitã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 266/84, de sua autoria, declarando de Utilidade Pública a Associação de Colaboradores do Centro de Reabilitação Sydney Antonio com sede nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de convite ao Engenheiro Ivo Arzua Pereira, para prestar esclarecimentos referentes a sua atuação junto à Presidência do IPE. **Rejeitado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - (Pela Ordem) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Eu requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

40 Senhores Deputados responderam a chamada.

Há quorum para prosseguimento da sessão e deliberação.

A Mesa registra, com satisfação, as presenças em Plenário de Sua Excelência o

Senhor João Elísio Ferraz de Campos, Vice-Governador do Estado, e de Sua Excelência o Senhor Secretário dos Transportes, Deni Schwartz.

A Presidência irá proceder a verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

2 Senhores Deputados aprovam; 22 Senhores Deputados Rejeitam.

Não há quorum para deliberação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada denominada Noé Nunes de Medeiros, no trecho compreendido entre a comunidade São Vicente e a BR-277, em São Miguel do Iguaçu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a criação de um Órgão especial para atendimento das necessidades do litoral paranaense, nos moldes de uma coordenadoria para assuntos litorâneos. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 23.º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Campina da Lagoa. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações do aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Ubiratã. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário do Distrito de Lerroville, Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50.º aniversário de emancipação política do Município de Bandeirantes. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 37.º aniversário de emancipação política do Município de Jaguapitã. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pe-



la passagem do 37.º aniversário de emancipação política do Município de Jaguapitã. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 37.º aniversário de emancipação política do Município de Ibiporã. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, com apoio do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a convocação do Senhor Chefe da Casa Civil, para prestar esclarecimentos a respeito do texto do Projeto de Lei n.º 229/84- Mensagem Governamental n.º 178/84, que objetiva criar na governadoria do Poder Executivo os cargos isolados de provimento em comissão que especifica. **Em discussão.**

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor Oswaldo Faria da Costa, que recebeu placa em homenagem ao pioneirismo na cirurgia pediátrica, no Estado do Paraná. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a todos os Senhores Deputados Federais e Senadores da República, encarecendo a não aprovação do projeto governamental sobre agrotóxicos. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo informações sobre o que vem sendo feito para diminuir o surto no caso de febres infantis, como varicela, sarampo e catapora. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.ºs 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128 e 129/84.

3a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Comple-

mentar n.º 235/84, e do Projeto de Lei n.º 224/84.

2a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 227 e 249/84.

1a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 24/83, 106, 163, 172, 193/84, 197 e 229/84.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO FUAD NACLI, EM SESSÃO DO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 1984.**

A Prefeitura Municipal de Jaguapitã, através do Sr. Prefeito Municipal, Jazon Andrade Santana e a Comissão dos Festejos, através de seu Presidente Romildo Arali, têm a honra e a satisfação de convidar V. Excia. e Exma. Família para participar das festividades do 37.º Aniversário do Município de Jaguapitã.

Jaguapitã, novembro de 1984

Atenciosamente

Jazon Andrade Santana  
Prefeito Municipal

Romildo Arali  
Pres. da Comissão  
dos Festejos

#### PROGRAMAÇÃO DO 37.º ANIVERSÁRIO DE JAGUAPITÃ

Dia 03-11 - (sábado)

- 19:00 horas - Inauguração do Ginásio de Esportes, com a presença dos Exmos. Srs. Fernando Eugênio Ghignone (Secretário do Esporte e da Cultura) e João Batista Bortolotti (Coordenador do PRAM).
- Apresentação de Ginástica Rítmica e Folclore.
- Voleibol Feminino.

Dia 04-11 - (domingo)

- 8:00 horas - Atletismo - (masculino e Feminino) - Praça.
- Infantil: 50 m. - Juvenil e Adulto: 100 m.
- Velocípede Infantil.
- 12:30 horas - Futebol suíço
- 14:30 horas - Apresentação da Fanfarra do Colégio Estadual Marcelino Champagnat de Londrina. Local: Campo do Seminário.

20:00 horas - Gincana Cultural e Artística-Adultos. Local: Salão Paroquial.

Dia 05-11 - (segunda-feira)

20:00 horas - Roda de Violeiros. Local: Ginásio de Esportes.

**PROGRAMAÇÃO DO 37.º  
ANIVERSÁRIO DE JAGUAPITÃ**

Dia 06-11 - (terça-feira)

20:00 horas - Gincana Cultural e Artística - Infantil. Local: Salão Paroquial.

22:00 horas - Baile do 37.º Aniversário de Jaguapitã. Local: Praça.

Dia 07-11 - (quarta-feira)

8:00 horas - Hasteamento da Bandeira. Local: Praça.

8:30 horas - Prova de Resistência - 5.000 metros-adultos.  
Trajeto: Trevo da PR 340 a Jaguapitã.

9:00 horas - Prova de Resistência - 3.000 metros-juvenil.  
Trajeto: Trevo da PR 340 a Jaguapitã.

9:30 horas - Ciclismo - 10.000 metros-adulto.  
Trajeto: Jaguapitã ao trevo da PR 340 e vice-versa.

10:00 horas - Ciclismo - 3.000 metros-juvenil.  
Trajeto: Praça.

14:00 horas - Final do Torneio de Futebol Suíço. Local: Campo do Seminário.

19:00 horas - Santa Missa em Ação de Graças pelo 37.º Aniversário do Município de Jaguapitã. Local: Igreja Matriz.

20:00 horas - Voleibol (masculino e feminino)  
- Futebol de Salão. Local: Ginásio de Esportes.

**Atas de Comissão:**

**Comissão Especial de Reforma  
à Constituição**

**2a. Sessão Legislativa  
da 10a. Legislatura  
Ata da 4a. Reunião**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas e quinze minutos, reuniram-se ordinariamente sob a presidência do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, os Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Augusto Carneiro, Ezequias Losso e Rubens Bueno, membros efetivos da Comissão Especial de Reforma à Constituição. Havendo número legal o Senhor Presidente iniciou os trabalhos. Na

hora do Expediente foi lida e aprovada, sem restrições, a Ata da Reunião anterior, passando a seguir à Ordem do Dia, ocasião em que foi relatada pelo Senhor Deputado Djalma de Almeida César, Relator Geral da Comissão, a PROPOSIÇÃO N.º 119/84, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 118/84, encaminhando proposta de emenda constitucional que dá nova redação ao artigo 59 da Constituição do Estado, na forma que especifica, desvinculação da Procuradoria Geral do Estado da Secretaria de Estado da Justiça. Colocada em votação a mesma foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, mandando que se lavrasse a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, mandada a publicação, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 27.09.84

Deputado DIRCEU MANDRINATO

Presidente

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS

Secretário

**Comissão de Educação**

**2a. Sessão Legislativa da**

**10a. Legislatura**

**Ata da 8a. Reunião Ordinária**

Aos nove dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu França e com a presença do Senhor Deputado Nilso Sguarezi. A presente reunião contava com a presença da senhora professora Iclêia Rodrigues Passos de Paula, Diretora da Faculdade de Educação Musical do Paraná, da Professora Shirlei Fortunato Goulart, do setor de Legislação e Normas da Secretaria de Educação e da professora Neusa Teresinha Bastos Alves, assessora pedagógica da Faculdade de Educação Musical do Paraná. As senhoras professoras vieram esclarecer a respeito da fusão da Faculdade Musical com a Escola de Belas Artes do Paraná. As senhoras professoras discorreram sobre o plano de fusão e os senhores Deputados fizeram várias perguntas, que foram esclarecidas. Todos os debates desta reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas que passam a fazer parte integrante desta Ata. A seguir foram apreciados os seguintes processos: PROJETO DE LEI n.º 60/84 - de autoria do Senhor Deputado Tuguio Setogutte. Relator: Deputado Adhail Sprenger Passos. Parecer Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 106/84 - de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada. Relator: Deputado Rubens Bueno. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada

mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

Deputado JOSÉ TADEU FRANÇA  
Presidente  
MARIA APARECIDA G. AMARAL  
Secretária

Comissão de Educação  
2a. Sessão Legislativa da  
10a. Legislatura  
Ata da 7a. Reunião Ordinária

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu França e com a presença dos demais membros da Comissão. A Comissão contava ainda com a presença dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Augusto Carneiro e Edmar Luiz Costa. O Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos justificou sua ausência, devido a sua participação no Congresso Nacional de Deputados Estaduais do PMDB. A reunião continua ainda com a presença do Professor Marcelino Kotoski, membro da Comissão de Educação do Conselho Estadual de Entorpecentes; da Professora Malba Santiago Ferreira, Assessora Técnica da Comissão de Educação do Conselho Estadual de Entorpecentes; Professor Olien Zétola, membro e Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes e Professor Danilo Chila, membro da Comissão de Educação do Conselho Estadual de Entorpecentes, e ainda com a presença do Dr. Henrique Schimidlin, Assessor Jurídico da Secretaria de Educação. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a palavra ao Professor Olien Zétola. A reunião recebeu a visita do Padre José Carlos de Campinas, que trabalha com toxicômanos. Todos os presentes se manifestaram a respeito e todos os debates da reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante desta Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e a Comissão acatou a sugestão do Senhor Deputado Augusto Carneiro, para que sejam inseridos nos currículos das escolas públicas do Estado a prevenção de tóxicos. Igualmente o apoio desta Comissão, para a prática de Educação Física, desde a primeira série do primeiro grau. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os traba-

lhos da reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida G. Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

Deputado JOSÉ TADEU FRANÇA  
Presidente  
MARIA APARECIDA G. Amaral  
Secretária

Comissão de Constituição e Justiça  
10a Legislatura  
2a. Sessão Legislativa  
Ata da 20a. Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Homero Oguido, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Sérgio Spada, Ivan Gubert, Augusto Carneiro e Amélia Hruschka. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI 260/84, do Deputado Eduardo Baggio. Relator: Deputado Artagão Mattos Leão. Requerimento de vistas do Deputado Augusto Carneiro. Deferido. 2) PROJETO DE LEI 277/84, do Deputado Rubens Bueno. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 3) PROPOSIÇÃO 202/84, do Poder Executivo - Mensagem 214/84. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 4) PROJETO DE LEI 110/84, do Deputado Sérgio Spada. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Requerimento de vistas do Deputado Ivan Gubert. Deferido. 5) PROPOSIÇÃO 177/84, do Poder Executivo - Mensagem 174/84. Relator: Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. 6) PROJETO DE LEI 211/84, do Deputado Odeni Mongruel. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente

OSVALDO MARQUES  
Secretário

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO – COORDENADORIA DE CONTABILIDADE  
BALANCETE DO MÊS DE SETEMBRO DE 1.984

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	689.016.513	PESSOAL	
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.101 – Pessoal Civil	6.766.628.000
202.111.11 – Pessoal Civil	6.737.222.874	211.104 – Obrigações Patronais	541.000.000
202.111.22 – Obrigações Patronais	543.355.326	211.105 – Inativos	1.707.000.000
202.112 – Material de Consumo	199.336.647	211.106 – Pensionistas	357.500.000
202.113 – Serv. de Terc. Encargos	2.734.114.248	211.107 – Salário Família	34.000.000
202.114 – Desp. dos Exerc. Ant.	1.985.517	211.108 – Out. Transf. a Pessoas	1.000.000
202.121 – Subvenções Sociais	287.448.000		9.407.128.000
202.122.1 – Inativos	1.705.847.958	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.122.2 – Pensionistas	355.900.620	211.201 – Material de Consumo	220.000.000
202.122.3 – Salário Família	32.503.750	211.202 – Serv. de Terc. Encargos	2.425.552.000
202.122.4 – Apoio Financ. a Estudantes	— 0 —	211.203 – Desp. do Exerc. Anterior	2.000.000
202.122.5 – Assist. Méd.Hospitalar	800.640	211.204 – Subvenções Sociais	287.448.000
		211.205 – Apoio Financ. Estudantes	— 0 —
		211.206 – Assist. Méd. Hospitalar	60.000.000
			2.995.000.000
202.131 – Obras Instalações	362.499.999	CAPITAL	
202.132 – Equip. e Mat. Permanente	72.177.750	211.301 – Obras e Instalações	465.000.000
		211.302 – Equip. Mat. Permanente	55.000.000
			520.000.000
CONTAS PENDENTES			
203.101 – Despesas Diferidas	— 0 —		
203.201 – Out. Contas Pendentes	— 0 —	CREDITORES	
203.202 – Div. Responsáveis	549.358	212.101 – Despesas Empenhadas	120.308.324
		213.101 – Despesas Processadas	598.080.809
		213.20 – Folha de Pagamento	— 0 —
		213.30 – Restituições	677.359
			718.389.133
			677.359
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 – Out. Contas Pendentes	9.664.840
			9.664.840
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 – Empenhadas	3.150.125
		216.209 – Processadas Credoras	— 0 —
		216.30 – Cred. em Consignações	— 0 —
		216.405 – Proc. Folha de Pagamento	— 0 —
			3.150.125
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	128.749.745
			128.749.745
TOTAL DO ATIVO	13.782.759.204	TOTAL DO PASSIVO	13.782.759.204
			860.631.204
			13.782.759.204

PALÁCIO “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, EM 1.º DE OUTUBRO DE 1.984

DIRETOR TÉCNICO

COORDENADOR DE CONTABILIDADE